

Dívida e recessão

Caminham para a normalização ^{externa} as relações do Brasil com o sistema financeiro internacional, a partir do instante em que os bancos privados decidiram acolher a proposta brasileira para negociação dos juros da dívida externa, da ordem de oito bilhões de dólares. A operação diz respeito ao passivo pendente do setor público, hoje estimado em 51 bilhões de dólares, cujos serviços deixaram de ser pagos desde julho de 1989, em função de uma moratória branca.

Com o ajustamento agora conseguido no âmbito dos banqueiros, abre-se perspectiva favorável para o estabelecimento de um novo cronograma de amortização da própria dívida, que os técnicos do Fundo Monetário Internacional calculam em torno de 121 bilhões de dólares, incluída no total a parte de responsabilidade do setor privado. Doravante, o Brasil poderá realinhar-se junto ao sistema na condição de país credenciado a receber o suprimento de recursos externos para o seu desenvolvimento. Os fluxos financeiros poderão ocorrer tanto sob a forma de novos empréstimos, principalmente os de origem oficial, tais os concedidos pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o próprio FMI, quanto em caráter de investimento de risco.

Na atual etapa de seu processo interno de crescimento, há dois anos interrompido à força de políticas contencionistas, o Brasil carece de recursos internacionais para dinamizar os seus fatores de enriquecimento. É exatamente essa a principal possibilidade que se acentua com a normalização das relações financeiras no nível externo. Como se sabe,

desde o momento em que foram suspensos os resgates dos juros e estabelecida rolagem unilateral da própria dívida, uma certa aura de incredibilidade passou a envolver as operações externas em busca de novos capitais. Já antes, os investimentos estrangeiros haviam cessado, virtualmente, tanto que nas relações contábeis o Brasil entrou na lista das nações exportadoras de capital.

Mas enquanto uma nova situação se sedimenta no plano externo, em função da qual haverá repercussões financeiras favoráveis, aqui dentro os horizontes se toldam com os efeitos nocivos da recessão. Pouco adianta aos especialistas governamentais acenarem com a hipótese de reaquecimento da economia, quando personalidades exponenciais da livre iniciativa, como Ângelo Calmon de Sá, ex-ministro da Indústria e do Comércio e atual presidente do Banco Econômico, alertam exatamente em sentido contrário. Nenhuma ilusão deve ser cultivada com o período de euforia que poderá ocorrer nos próximos seis meses, em função dos recursos lançados no mercado pelo desbloqueio de cruzados retidos no Banco Central.

É indispensável ficar bem claro que a recessão, fenômeno caracterizado pelo declínio dos níveis produtivos da economia, não bloqueará, como se imagina, o processo inflacionário. Antes, pelos efeitos notórios da lei de oferta e procura, seguramente o exacerbará.

E tal hipótese tornará problemática a entrada de capitais externos, como seria desejável com a normalização das relações do País com o sistema financeiro internacional.